

Jorge Dias

Estudos de  
**ANTROPOLOGIA**

Volume I



temas portugueses

## Os elementos fundamentais da cultura portuguesa <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado no I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, realizado em Washington em 1950. Fazia parte das teses principais da secção de antropologia cultural, cujos temas foram designados aos seus autores pelos organizadores do Colóquio. Publicado em *Proceedings of the International Colloquium on Luso-Brazilian Studies*, Washington, 1950, e Nashville, 1953, pp. 51-65. Segunda publicação em *Ensaio Etnológico. Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, n.º 52, Lisboa

No estado actual dos nossos conhecimentos não é possível desenvolver satisfatoriamente o tema que me foi designado neste Colóquio. Estabelecer os elementos fundamentais de uma cultura representa o fim máximo a que a etnologia (antropologia cultural) se propõe; é, digamos, a cúpula de um edifício que ainda está nos alicerces. A vastidão e a complexidade do assunto não permitiram sequer que nestes escassos meses se pudesse traçar uma visão panorâmica da cultura portuguesa com a solidez científica indispensável. Pode dizer-se que tal tema é a tarefa de toda a vida daqueles que se lhe dedicarem. O mérito desta tentativa não será mais do que quebrar o encanto de penetrar num mundo que a todos atrai, mas onde ninguém ousa afoitamente entrar, pelos perigos que encerra. São de molde a assustar qualquer um os juízos precipitados ou superficiais, de sobejo conhecidos, emitidos por vários *jongleurs* do espírito, que pretendem classificar um povo salientando só algumas características, muitas vezes bem pouco típicas, que mais se poderiam classificar anedóticas, quando não malevolentes.

Se definir os elementos culturais de uma sociedade tribal demanda já um longo trabalho de análise e boas qualidades de observação, interpretação e síntese, o que não será estabelecer as bases culturais permanentes de um povo estratificado e com oito séculos de história? Aliás, não está mesmo demonstrada a permanência de características através do tempo, nem que a tradição cultural apresente a estabilidade rígida que muitos lhe atribuem. A herança cultural de um povo é fatalmente afectada por influências do exterior (aculturações) e por transformações de estrutura determinadas pela sua própria evolução <sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Um dos problemas de grande actualidade na etnologia (antropologia cultural) é o das mutações de cultura (*culture changes*), que tem chamado a atenção de muitos etnólogos, sobretudo americanos.

Além disso, todos nós conhecemos a diversidade cultural das várias regiões naturais da nação portuguesa, agravada ainda pelas diferenças culturais próprias dos estratos sociais que a formam.

Posto isto, pode parecer que o problema se apresenta sem solução. É, contudo, indubitável que os vários povos mostram diferenças sensíveis entre si, que, embora difíceis de definir, nos garantem não ser em vão o esforço de o tentar. Creio mesmo que virá um dia em que o progresso dos estudos etnológicos permitirá uma síntese perfeita e cientificamente fundamentada do que é culturalmente específico do povo português. Mas para isso é necessário abandonar as intuições mais ou menos brilhantes e os juízos superficiais ou apriorísticos e seguir um caminho penoso de análises sucessivas e de interpretações e sínteses parciais até se poder alcançar esse fim superior que todos nos propomos.

Perante a dificuldade deste tema, cheguei a pensar fugir-lhe, limitando-me a apresentar aqui um método de estudo da *personalidade base* e dos elementos fundamentais da cultura portuguesa. Era mais fácil, e seria talvez mais útil, começar por indicar o caminho que a investigação devia seguir perante a heterogeneidade cultural que se verifica no espaço (sincrónica) e no tempo (diacrónica), complicada ainda pela heterogeneidade vertical dos vários estratos sociais. Porém, embora venha em breve a publicar esse tentame metodológico, não quero iludir a dificuldade e vou-me esforçar por estabelecer, pelo menos, alguns dos elementos fundamentais da cultura portuguesa.

Quando nos referimos à cultura de um povo civilizado, formado por um conjunto de áreas culturais distintas e de classes estratificadas, não nos podemos necessariamente deter nas formas e instituições e temos antes de lhe procurar o conteúdo espiritual. Só ele deixa compreender a evolução cultural do povo, porque só esse conteúdo espiritual pode ter carácter de permanência através das transformações morfológicas e ideológicas que se vão sucedendo no tempo. A única constante de um povo é o seu fundo temperamental, e não os múltiplos aspectos que a cultura reveste, porque é ele que os selecciona e transforma, de acordo com a sua sensibilidade específica. Porém, nem sempre existe uma constante temperamental base nas nações de composição heterogénea. Às vezes não há mais do que várias mentalidades em conflito real ou latente, que, com o decorrer da história, vão tomando alternadamente a orientação do conjunto. Conyém compreender como tal fenómeno se passa, pois muitas vezes podem tomar-se como características de um povo aspectos culturais de uma só região. Também pode suceder que tomemos por cultura

nacional as características de uma classe que deixou de ser a expressão superior de todo o povo para ser simplesmente uma autocracia que impõe a esse povo normas de conduta e cuja cultura não corresponde à *personalidade base* da nação.

Há povos em que a homogeneidade das partes que os constituem e a colaboração extensiva de indivíduos de todas as classes, por um elevado nível de instrução geral, tornam particularmente fácil o estudo da sua cultura. Estão neste caso, por exemplo, as nações escandinavas e a Holanda. Noutros casos, as diferenças regionais muito acentuadas impediram ou dificultaram a unificação, que só se fez tardiamente ou por imposição mais ou menos forçada de uma dessas regiões sobre as outras. São estes, por exemplo, os casos da Itália e da Alemanha, onde ainda hoje se mantêm dialectos e formas de cultura superior que são simplesmente regionais. De qualquer maneira, a unificação das nações com regiões culturais heterogéneas tem de se apoiar num poderoso elemento polarizador das energias nacionais. A maior parte das vezes esse elemento é político e resulta da imposição, mais ou menos violenta, dos padrões de cultura de uma província às outras que com ela formam um conjunto nacional. Na Alemanha foi a Prússia e em Espanha Castela que desempenharam esse papel unificador. Portugal, porém, apresenta uma curiosa particularidade de unificação. Embora a origem da Nação se deva também à política, à vontade de um príncipe, que naturalmente se aproveitou de certas aspirações de independência latentes nas populações de Entre Douro e Minho, a unificação e a permanência da Nação deve-se ao mar. Foi a grande força atractiva do Atlântico que amontoou no litoral a maior densidade da população portuguesa do Norte, criando como que um vácuo para o interior. Desde Caminha a Lisboa estabeleceram-se inúmeras amarras que defenderam Portugal da força centrípeta de Castela. Mas foi sobretudo o estuário do Tejo, esse forte abraço do mar com a terra, que definitivamente presidiu aos destinos de Portugal. Não houve o domínio de uma região sobre outras, antes se encontraram todas num ponto natural de convergência. É por isso que, ao contrário de Berlim ou de Madrid, capitais no centro das regiões dominadoras, Lisboa, na foz do Tejo, está mais apoiada no mar do que na terra. Além disso, Lisboa pode dizer-se formada por habitantes oriundos de todas as províncias do País, quase que sem predomínio de qualquer delas. A este facto deve Portugal certa homogeneidade cultural permanente. Contudo, não devemos esquecer que, a par da cultura nacional, existem ainda hoje regiões naturais muito definidas, com culturas próprias bem caracterizadas, fruto não só de condições

ambientais diferentes, como de ascendência cultural e, possivelmente, étnica diversas<sup>3</sup>. Convém recordar que muitas características atribuídas aos Portugueses não passam de meros aspectos culturais de uma só região. Se existe uma cultura com longa tradição, também é certo que são poucos os que nela participam, pois, por razões de educação e instrução, a maior parte da população recebe sobretudo a cultura tradicional da sua região.

A cultura nacional é um curioso fenómeno do espírito colectivo e resulta da combinação de muitos elementos. No momento em que na combinação entrem elementos novos, ou faltem outros, o composto que daí resulta já não pode ser o mesmo. Passa-se isto quase como num composto químico, formado de elementos simples. O resultado não é a soma de todos eles, mas um corpo novo, com características próprias. Quer isto dizer que, se a cultura de um povo encerra em si, transformados, todos os elementos que a constituem (culturas locais), nem por isso esses elementos, tomados separadamente, permitem compreender o conjunto. Igualmente a perda de uma das partes, ou a anexação de uma parcela nova, acaba por afectar, com o tempo, as características da cultura nacional.

No caso especial português, a cultura superior não é também um somatório das diferentes culturas regionais, mas uma integração destas, de que resultou uma coisa nova, em que elas estão contidas, embora transformadas por uma espécie de fenómeno de sublimação espiritual. Enquanto a cultura local tem carácter quase ecológico e resulta do conflito entre a vontade do homem, o ambiente e a tradição, a cultura superior transpõe esse conflito para o plano espiritual, porque o elemento *ambiente natural* é substituído pela história. Os factores mesológicos continuam a actuar mas de maneira menos visível e, em parte, já contidos nas culturas regionais, que dão o seu contributo para a cultura superior. É possível que, se um dia o nível de instrução e de educação for tão elevado que todo o povo participe mais intimamente na cultura nacional, desapareçam as culturas regionais, completamente absorvidas e sublimadas pelo espírito geral. Mas tal hipótese não se pode verificar por enquanto e temos de proceder

<sup>3</sup> Até hoje a etnografia portuguesa ainda não acumulou dados suficientes para se poderem estabelecer áreas culturais com segurança. Os geógrafos têm determinado regiões naturais que muitas vezes coincidem com as divisões tradicionais. A primeira tentativa apareceu há pouco (v. Jorge Dias, «Tentamen de fixação das grandes áreas culturais portuguesas», in *Estudos e Ensaios Folclóricos em Homenagem a Renato Almeida*, Rio de Janeiro, 1960).

cuidadosamente à análise das partes, sem cair no erro de as tomar pelo todo. A tendência a generalizar é um perigo frequente. Em Portugal muita gente julga os Espanhóis pelos centos de galegos que aí vivem e trabalham. Contudo, esses espanhóis são quase todos da Galiza, uma das províncias que mais se afastam da *personalidade base* espanhola. É possível que tal erro de apreciação se repita noutros países em relação aos Portugueses. Os Brasileiros, os Americanos, os Franceses e os Marroquinos devem ter dos Portugueses uma ideia que corresponde principalmente ao Minhoto, ou ao Trasmontano, ou ao Beirão, ou ao Açoriano, ou ao Algarvio, etc., e não ao português base.

Se para os estudos dos elementos fundamentais da cultura portuguesa tal distinção é menos importante, já se não dá o mesmo ao querer estudar as aculturações portuguesas fora do País. Para tais estudos convém conhecer em primeiro lugar as origens dessa colonização e fazer a análise cuidadosa da cultura da região donde provieram os colonizadores. Embora a reconquista se tivesse feito do norte para o sul e muitos territórios fossem repovoados com gente do Norte, ou esta se tivesse misturado em proporções várias com as populações existentes, isso não impediu que se formassem regiões culturais muito distintas. Contribuí para isso não só o substrato cultural anterior, como a acção dos agentes naturais, diferentes nas várias regiões. Se os factores mesológicos são insuficientes para explicar os fenómenos culturais, nem por isso podemos negar a sua acção profunda.

Como o carácter deste trabalho não permite entrar nos estudos regionais —degraus necessários para quem quiser chegar ao cimo, donde se domina o conjunto—, teremos de abordar directamente a essência do problema e deixar para outra ocasião esse importante assunto.

A cultura portuguesa tem carácter essencialmente expansivo, determinado, em parte, por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar os laços entre os continentes e os homens. Este carácter expansivo tem raízes bem fundas no tempo, se quisermos lembrar a cultura dolménica, que, segundo grandes autoridades, teve como centro de difusão o litoral português nortenho<sup>4</sup>. Porém, a expansão portuguesa, ao contrário da espanhola, é mais marítima e

<sup>4</sup> Basta citar o pré-historiador alemão Obermaier [H. Obermaier e A. García y Bellido, *El Hombre Prehistórico y los Orígenes de la Humanidad*, Madrid, 1944, p. 197 (v. mapa da fig. 28, p. 177)].

exploradora do que conquistadora. Desde muito cedo existem notícias de navegadores portugueses e entre as medidas de fomento comercial-marítimo distingue-se a criação da bolsa de mercadores, que veio a ser a primeira companhia de seguros marítimos mútuos [Companhia das Naus (século XIV)]<sup>5</sup>.

A força atractiva do Atlântico, esse grande mar povoado de tempestades e de mistérios, foi a alma da Nação e foi com ele que se escreveu a história de Portugal. Como disse um professor alemão, a literatura portuguesa medieval já está cheia de motivos marítimos, que se podiam procurar em vão em qualquer outra literatura latina<sup>6</sup>. De facto, antes de se empreenderem as grandes viagens oceânicas já o motivo marítimo impressionava a sensibilidade portuguesa. Porém, só mais tarde, depois de se ter levado a cabo a grande tarefa que a história universal nos tinha destinado, é que a arte portuguesa atingiu o seu máximo como glorificação das empresas marítimas. Os quatro pilares do génio criador português: *Os Lusíadas*, os Jerónimos, o políptico de Nuno Gonçalves e os *Tentos* de Manuel Coelho, são quatro formas de expressão verdadeiramente superiores e originais de um povo que durante mais de um século esquadrinhou todos os mares e se extasiou perante as naturezas mais variadas e exóticas.

Se a situação geográfica contribuiu, indiscutivelmente, para o carácter expansivo da cultura portuguesa, ela só não basta para explicar tudo. Além dela, temos de considerar a feição psíquica portuguesa e a maneira como esta actuou perante as circunstâncias.

A personalidade psico-social do povo português é complexa e envolve antinomias profundas, que se podem talvez explicar pelas diferentes tendências das populações que formaram o País. Da mesma maneira que Portugal representa o ponto de encontro natural das linhas de navegação entre a Europa, a África e a América, a sua população é constituída pela fusão de elementos étnicos do Norte e do Sul. Apesar da relativa homogeneidade da população actual, no Norte do País abundam elementos da Europa setentrional, média e central

<sup>5</sup> Além da Companhia das Naus, são muitas as medidas de fomento da navegação promovidas por D. Dinis e por D. Fernando, como se pode ver em qualquer historiador que tratou estes reinados.

<sup>6</sup> Dr. Rech, «Kulturelle und wirtschaftliche Probleme in Portugal und Brasilien», in *Reden und Abhandlungen zur Eröffnung des Instituts für Portugal und Brasilien der Universität Berlin*, Berlin, 1936, p. 52.

(celtas e germanos), enquanto no Sul predominam os elementos do Sul da Europa e do Norte de África (mediterrâneos e berberes)<sup>7</sup>.

Situado no extremo sudoeste da Europa, a poucos passos da África, o País estava destinado a ser ponto de passagem e de encontro das mais variadas raças, umas vindas dos confins do Mediterrâneo, como os Fenícios, que lhe demandaram os portos, outras do extremo setentrional, como os Normandos, que lhe invadiram as costas. Mas as influências destes foram superficiais e só se fizeram sentir no litoral. Foram mais importantes as invasões celtas, sobretudo a partir do século VI a. C. Estes povos, senhores da técnica do ferro e da superioridade militar e económica que daquela derivava, acabaram por se fundir com a raça autóctone. Os Lusitanos, que resultaram desta fusão, eram um povo rude, sóbrio e espantosamente resistente e aguerrido. Era tal o amor da independência que os Romanos, quando quiseram conquistar a Península Ibérica, viram fracassar umas atrás das outras as tentativas para os dominar. Só ao fim de mais de um século, com a vinda de Augusto à Península, foi possível a subjugação deste povo, considerado um dos mais indómitos daquele tempo. Viriato ficou na história como um dos grandes heróis lusitanos e as suas campanhas chegaram a atingir o Norte de África, com a expedição de Kaukeno. Mas o Império Romano acabou por dominar inteiramente e durante uns séculos reinou a paz romana. Quando os povos germânicos, aproveitando-se da fraqueza do velho império, começam a invadi-lo em bandos sucessivos, modifica-se novamente a estrutura étnica e cultural das populações que correspondem ao Portugal actual. Logo nos começos do século V os Suevos distribuem terras entre si e se fixam na actual província de Entre Douro e Minho. Estes povos, saídos poucos anos antes do coração da Baviera, trouxeram, com as mulheres e os filhos, os usos e costumes e as técnicas agrárias do seu país<sup>8</sup>. A pouco e pouco fundem-se também com as populações anteriores, formando um reino que tinha Braga por capital. O reino dos Suevos não pode resistir às investidas dos Visigodos, seus irmãos de sangue,

<sup>7</sup> Esta afirmação baseia-se nos dados pouco seguros de que podemos dispor, visto que não se fez até hoje um estudo de antropologia física da nossa população com a densidade e a extensão necessárias para permitirem interpretações válidas.

<sup>8</sup> Aquilo que diz respeito à possível influência sueva no campo da cultura material foi estudado por Jorge Dias, *Os Arades Portugueses e as Suas Prováveis Origens*, separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XVII, 1948, pp. 121-142, e por José Gonçalo C. Herculano de Carvalho, *Coisas e Palavras — Alguns Problemas Etnográficos e Linguísticos Relacionados com os Primitivos Sistemas de Debulha na Península Ibérica*, Coimbra, 1953, pp. 102-104.

mas mais práticos nas artes da guerra e da política. Os Visigodos acabam por se assenhorear de toda a Península durante o século VI, formando um grande reino cristão. Porém, logo nos princípios do século VIII os Árabes, movidos por um vivo impulso religioso, lançam-se na Península e conquistam-na com rapidez vertiginosa. Todavia, à medida que ganham em extensão, vão perdendo em ímpeto e ao fim de alguns anos o núcleo de resistência cristã, formado nas Astúrias, começa a repelir o inimigo. Vão-se, assim, formando novos reinos cristãos, entre os quais Portugal.

Portugal nasce desta luta contra os mouros. É uma guerra política e religiosa. Enquanto se reconquista o solo da Pátria, expulsa-se o inimigo da fé. Atrás do conquistador vai logo o lavrador e constrói-se o templo. A espada que luta precisa de se apoiar no pão dos campos e na fé em Deus. Em 1249 acabava a luta porque não havia mais terra a conquistar, tinha-se chegado ao extremo sul da faixa portuguesa. Nesta ocasião já se tinha repovoado grande parte dos territórios e, além de muitas capelas românicas, já se erguiam as Sés de Braga, Porto, Coimbra, Lisboa e Évora. Era chegado o momento de ir mais além. Não no espaço, que o não havia, mas na organização interna do País. Os reis que se seguem cuidam das letras, da justiça, e promovem medidas de fomento agrícola e de alcance marítimo. Em 1290 fundam-se os Estudos Gerais, o embrião da universidade portuguesa. Nos fins do século XIII Portugal já exportava cereais. Parecia que tinham terminado as lutas e inquietações e que ia começar a vida próspera, pacífica e apagada de um pequeno povo à beira-mar. Mas não; os vizinhos espanhóis começavam a cobiçar Portugal. Surgem novamente lutas e incertezas, que terminam pela vitória dos Portugueses em 1385 no campo de Aljubarrota. Esta afirmação da força nacional parece ter despertado novas energias, e surge a ideia de ir contra o antigo inimigo de tantos séculos. Portugal já possuía então embarcações que lhe permitiam uma expedição militar ao Norte de África e em 1415 os Portugueses conquistam Ceuta aos mouros. Era o começo da fase de expansão marítima. Em 1418-1419 descobre-se a ilha da Madeira, a seguir, os Açores, depois vai-se explorando a costa africana, com o propósito de chegar à Índia pelo mar, ao mesmo tempo que se mandam exploradores por terra. Desde então até aos nossos dias toda a cultura portuguesa está impregnada de influências marítimas e ultramarinas.

A história de Portugal teve um período extraordinariamente glorioso, que definitivamente passou. Uma das nações mais pequenas da Europa foi senhora de um dos maiores impérios de todos os tempos

e teve a maior armada da época. Embora Portugal ainda enfileire entre as grandes nações com territórios ultramarinos, todos nós sabemos que os destinos do Mundo saíram há muito das suas mãos\*. A mesma sorte coube ultimamente a nações consideradas colossos invencíveis. A grandeza e a decadência das nações tanto se devem à evolução íntima do seu povo como ao jogo dos acontecimentos. Às vezes, o que foram virtudes numa época podem ser defeitos noutra e uma mutação de culturas pode alterar inteiramente os destinos às nações. O próprio temperamento português explica muitas das feições da sua história, mas há causas exteriores que também nos dão a chave de culpas que lhe são injustamente atribuídas. Se o carvão e o aço, que constituíram a base da última fase da civilização ocidental, existissem no nosso subsolo, é natural que tivéssemos desempenhado um papel bem diferente daquele a que fomos obrigados. Mas um país que deu madeiras e pano para caravelas e foi farto de pão para uma população de menos de dois milhões de habitantes pode não ter riquezas nem abundância para alimentar uma população que cresce vertiginosamente.

Vamos agora tentar definir as constantes culturais deste povo, já velho de tantos séculos, comparando as características culturais de nossos dias com aquelas que a história nos fornece, em função da sua *personalidade base*.

O Português é um misto de sonhador e de homem de acção, ou melhor, é um sonhador activo, a que não falta certo fundo prático e realista<sup>9</sup>. A actividade portuguesa não tem raízes na vontade fria, mas alimenta-se da imaginação, do sonho, porque o Português é mais idealista, emotivo e imaginativo do que homem de reflexão. Compartilha com o Espanhol o desprezo fidalgo pelo interesse mesquinho, pelo utilitarismo puro e pelo conforto, assim como o gosto paradoxal pela ostentação de riqueza e pelo luxo. Mas não tem, como aquele, um forte ideal abstracto, nem acentuada tendência mística. O Português é, sobretudo, profundamente humano, sensível, amoro e bondoso, sem ser fraco. Não gosta de fazer sofrer e evita conflitos, mas, ferido no seu orgulho, pode ser violento e cruel. A religiosidade apresenta o mesmo fundo humano peculiar ao Português. Não tem o carácter abstracto, místico ou trágico próprio da espa-

<sup>9</sup> Sirvo-me aqui de uma antiga classificação de tipos psíquicos de G. Dromard, *Le rêve et l'action*, Paris, 1921. (Copyright, 1913.)

\* A data referida é a de 1950.

nhola, mas possui uma forte crença no milagre e nas soluções milagrosas.

Há no Português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres, sem que isso implique perda de carácter. Foi esta faceta que lhe permitiu manter sempre a atitude de tolerância e que imprimiu à colonização portuguesa um carácter especial inconfundível: assimilação por adaptação.

O Português tem vivo sentimento da Natureza e um fundo poético e contemplativo estático diferente do dos outros povos latinos. Falta-lhe também a exuberância e a alegria espontânea e ruidosa dos povos mediterrâneos. É mais inibido que os outros meridionais pelo grande sentimento do ridículo e medo da opinião alheia. É, como os Espanhóis, fortemente individualista, mas possui grande fundo de solidariedade humana. O Português não tem muito humor, mas um forte espírito crítico e trocista e uma ironia pungente.

A mentalidade complexa que resulta da combinação de factores diferentes e, às vezes, opostos dá lugar a um estado de alma *sui generis* que o Português denomina *saudade*. Esta saudade é um estranho sentimento de ansiedade que parece resultar da combinação de três tipos mentais distintos: o lírico sonhador — mais aparentado com o temperamento céltico —, o fáustico, de tipo germânico, e o fatalístico, de tipo oriental. Por isso, a saudade é umas vezes um sentimento poético de fundo amoroso ou religioso, que pode tomar a forma panteísta de dissolução na Natureza ou se compraz na repetição obstinada das mesmas imagens ou sentimentos. Outras vezes é a ânsia permanente da distância, de outros mundos, de outras vidas. A saudade é então a força activa, a obstinação que leva à realização das maiores empresas; é a saudade fáustica. Porém, nas épocas de abatimento e de desgraça a saudade toma uma forma especial, em que o espírito se alimenta morbidamente das glórias passadas e cai no fatalismo de tipo oriental, que tem como expressão magnífica o fado, canção cidadina, cujo nome provém do étimo latino *fatū* (destino, fadário, fatalidade).

Este temperamento paradoxal explica os períodos de grande apogeu e de grande decadência da história portuguesa. Ao contrário do que muitos disseram, o Português não degenerou; as virtudes e os defeitos mantiveram-se os mesmos através dos séculos, simplesmente as suas reacções é que variam conforme as circunstâncias históricas. No momento em que o Português é chamado a desempenhar qualquer papel importante põe em jogo todas as suas qualidades de acção, abnegação, sacrifício e coragem e cumpre como poucos. Mas, se o cha-

mam a desempenhar um papel medíocre, que não satisfaz a sua imaginação, esmorece e só caminha na medida em que a conservação da existência o impele. Não sabe viver sem sonho e sem glória.

Esta maneira de ser torna particularmente difícil a tarefa dos governantes, sobretudo em períodos históricos em que as circunstâncias não permitem desempenhar uma acção que lhes agrade e desencadeie as energias.

Nas épocas extraordinárias, quando acontecimentos históricos puseram à prova o valor do povo ou lhe abriram perspectivas novas, que o encheram de esperança, então brotaram, por si, naturalmente, as melhores obras do seu génio. Porém, nos períodos de estagnamento nasce a apatia do espírito, a relutância contra a mediania, a crítica acerba contra o que não está àquela altura a que se aspira, ou cai-se na saudade negativa, espécie de profunda melancolia.

Percorrendo a história, podemos facilmente verificar como estas características apontadas se repetem em diferentes épocas, explicando certas acções e demonstrando a constância de alguns elementos fundamentais da cultura portuguesa.

Em todas as épocas se verifica o temperamento expansivo e dinâmico do Português. Sem ir à cultura dolménica, desde as épocas mais remotas, nos tempos em que a actividade era a guerra, os Lusitanos foram a expressão mais acabada da luta permanente e sem tréguas, que se prolongou pela Idade Média nas lutas da reconquista contra os mouros, para se transformar, finalmente, nas viagens de descobrimentos e de colonização. É também sintomático os Portugueses terem participado em grande parte das guerras europeias, mesmo quando não tinham interesses directamente ligados a tais conflitos. Até a série de revoluções fratricidas do século XIX e princípios do século XX provam o fundo de permanente inquietação e actividade. Porém, essa actividade traz sempre consigo um cunho de ideal. Quase nunca se verifica a acção precedida de cálculo interesseiro e frio. Embora não lhe falte, por vezes, um fundo prático e utilitário, o grande móbil é sempre de tipo ideal. Nas lutas da reconquista não se procura só reaver o solo que os muçulmanos tinham conquistado; lutava-se por um ideal religioso e expulsava-se o inimigo da fé. A grande empresa marítima visa, é certo, a descoberta do caminho da Índia e os negócios das especiarias, mas, além de se pretender dilatar o império, pretende-se dilatar a fé. A última ideia justificava a primeira, e não o inverso. Nunca soubemos separar o sonho da realidade, ao contrário do Inglês, que procede friamente, orientado pelo seu sentido prático. A maior desgraça da nossa história, a infeliz campanha de Alcácer



Quibir, em que desapareceu D. Sebastião, com a *elite* militar do seu tempo, não passou de um grande sonho vivido, de trágicas consequências. Mas a história está cheia de curiosos episódios, como o do Magriço e o dos Doze de Inglaterra, que vão defender em torneio umas damas ultrajadas por cavaleiros ingleses, a comprovar o fundo de sonhador activo do Português. Além disso, o desprezo pelo interesse mesquinho e o gosto pela ostentação e pelo luxo nunca nos permitiram o aproveitamento eficaz das grandes fontes de riqueza exploradas. Os tesouros passavam pelas nossas mãos e iam-se acumular nos povos mais práticos e bem dotados para capitalizar, como os Holandeses e os Ingleses. Soubemos traficar, mas faltou-nos sempre o sentido capitalista. No século XVI, quando Lisboa era o grande empório do Mundo, sob o brilho do luxo já se ocultava a miséria. Gil Vicente descreve os fidalgos cobertos de rendas e brocados, com a sua coorte de lacaios, mas sem dinheiro para comer. O gosto pelas jóias, pela pompa, pelo luxo, é uma constante da nossa cultura. Desde as estações proto-históricas do Noroeste, tão ricas em magníficos exemplares de jóias de ouro, e, depois, nos períodos áureos, de que podemos citar a embaixada de Tristão da Cunha ao papa e as magnificências do reinado de D. João V, até aos nossos dias, tudo confirma o gosto pela ostentação e pelo espanto. Contudo, poucos povos têm menos necessidade de conforto do que o português. Ao contrário dos povos burgueses do Norte e Centro da Europa, o nosso luxo não é um requinte que resulte do conforto, é-lhe quase que oposto; é mero produto da imaginação, e não dos sentidos. Ainda hoje temos as camãs mais duras da Europa e as ruas estão repletas de automóveis de luxo. São poucas as casas ricas com aquecimento e muitas delas não têm uma sala de estar. Mas essas mesmas casas têm salas de visitas ou até salões de baile cheios de porcelanas da Índia e da China. As pessoas modestas, cujas casas são despidas do mínimo conforto, andam nas ruas vestidas com elegância ou com luxo. Um pequeno empregado do comércio, de pouca ilustração e educação, faz mais figura na rua do que um intelectual alemão ou suíço de boa família e com recursos. Da mesma maneira, qualquer empregadita, que mal ganha para se alimentar, anda vestida impecavelmente e pela última moda. É tal a importância que se atribui ao exterior que mesmo no Verão e no campo as pessoas da classe média não se atrevem a tirar o casaco e a gravata. Só nos últimos anos, por influência do cinema e do desporto, isso vai sucedendo. Mas não se concebe que, por exemplo, um estudante universitário aparecesse nas ruas de calção.

Outra constante da cultura portuguesa é o profundo sentimento humano, que assenta no temperamento afectivo, amoroso e bondoso. Para o Português o coração é a medida de todas as coisas.

O sentimento amoroso é muito forte em todas as classes sociais, e fora o aspecto grosseiro, que se compraz em anedotas eróticas, são inúmeros os exemplos de grande e profunda dedicação, acompanhada de gestos de verdadeiro sacrifício. Não só a história como a literatura nos dão a prova irrefutável da permanência desta característica através dos tempos. O exemplo mais curioso foi a grande paixão de D. Pedro por D. Inês de Castro, que nem a morte conseguiu extinguir e que ainda hoje serve de motivo poético e impressiona as sensibilidade. Na literatura basta lembrar a poesia medieval, tão sentida e original, em que com frequência se canta o amor da mulher pelo homem. A lírica de Camões, esse grande amoroso, dá-nos exemplos da mais bela e mais repassada emoção. As cartas de Soror Mariana Alcoforado, palpitantes de paixão veemente, os sonetos de Florbela Espanca, as poesias de João de Deus e muitos outros, sem esquecer a riquíssima poesia popular, particularmente impregnada de sentimento amoroso, são outras tantas afirmações desta constante da alma portuguesa.

Mas, além da forma puramente amorosa, a afectividade portuguesa revela-se em relação aos parentes, aos amigos e aos vizinhos. O Português não gosta de ver sofrer e desagradam-lhe os fins demasiado trágicos. Daí talvez a pobreza do género dramático da nossa literatura e as soluções felizes que Gil Vicente soube dar a casos de traição conjugal, que em Lope de Vega ou Calderón acabam em vingança sangrenta<sup>10</sup>. Ainda hoje o público gosta dos filmes de *happy ending*. Outro aspecto curioso dessa característica são as touradas portuguesas, em que o touro não morre e vem embolado para não ferir os cavalos nem matar os homens. O espectáculo perdeu a intensidade dramática que tem em Espanha, mas ganhou em beleza, pela valorização do toureiro a cavalo, e mantém a nota viril da coragem física com as pegas, em que os homens medem forças com o touro, que é dominado a pulso. Cabe aqui acrescentar que em Portugal não existe a pena de morte, certamente como consequência dessa maneira de ser.

Como representantes do sentimento humano na literatura, temos, por exemplo, Augusto Gil, João de Deus, Júlio Dinis, Trindade Coelho e António Nobre. É este sentimento que explica muitas atitudes

<sup>10</sup> V. Harri Meier, *Ensaio de Filologia Românica*, Lisboa, 1948, pp. 227-254.

desconhecidas noutros países e tão frequentes em Portugal, como a do filho a quem oferecem uma boa situação no estrangeiro e que renuncia por ver umas lágrimas nos olhos da mãe; prefere arruinar as suas esperanças à ideia de a fazer sofrer. É também ele que determina um sem-número de casamentos injustificáveis, em que o homem se sacrifica para evitar o desgosto a uma rapariga com quem namorou algum tempo. Quando vê o sofrimento que provoca a ideia do rompimento, decide-se a casar e aguentar toda a vida uma situação que não foi determinada pela íntima necessidade.

Contudo, o Português não é fraco nem covarde. Detesta as soluções trágicas e não é vingativo, mas o seu temperamento brioso leva-o com excessiva frequência a terríveis lutas sangrentas. Quando o ferem na sua sensibilidade e se sente ultrajado, ou perante um ponto de honra, é capaz de reacções de extraordinária violência. São testemunho disso os jornais diários, que relatam rixas tremendas entre amigos e vizinhos. Antigamente, e hoje mais raro, pela repressão que o Estado tem criado, as lutas entre aldeias vizinhas tomavam aspectos de batalhas campais. Mas, tirando o crime passional, são raros os casos de homicídio perverso. Não se conhecem vampiros, como no Norte da Europa, nem os assassinos que cortam as mulheres aos pedaços e os queimam ou deitam aos rios, como em outros países sucede.

A própria religião tem o mesmo cunho humano, acolhedor e tranquilo. Não se erguem nas aldeias portuguesas essas igrejas enormes e solenes, tão características da paisagem espanhola, que, na sua imponência, apagam a nota humana. A igreja portuguesa, ora caiada e sorridente entre ramadas, ora singela e sóbria na pureza do granito, é simplesmente a casa do Senhor. É sempre um templo acolhedor, habitado por santos bons e humanos. Não se vêem os Cristos lívidos e torturados de Espanha. A sensibilidade portuguesa não suporta essa visão trágica e dolorosa.

A prova mais evidente deste sentimento humano e terreno da nossa religiosidade verifica-se na extraordinária expansão do estilo românico, com o seu arco singelo bem apoiado na terra, e na falta de assimilação do estilo gótico. Nunca sentimos esse profundo arroubo místico, essa ânsia de ascensão que caracteriza o gótico. O nosso espírito assimilou mal um estilo cuja expressão nos era estranha. Em todos os monumentos arquitectónicos caracteristicamente portugueses perdura uma certa espessura dos pilares, uma nítida tendência para a profundidade e para a horizontalidade, contrária à ânsia de verticalidade ascensional do gótico. O espírito português é avesso às grandes abs-

tracções, às grandes ideias que ultrapassam o sentido humano. A prova disso está na falta de grandes filósofos e de grandes místicos. Nem compartilha do racionalismo mediterrâneo, da luminosidade greco-latina, nem da abstracção francesa, de grandes linhas puras, nem do arrebatamento místico espanhol. Em vez das grandes catedrais góticas da França e da Espanha, ou dos templos clássicos da Renascença italiana, que não sentia, o Português acabou por criar um estilo próprio, onde a sua religiosidade típica melhor se exprime: o manuelino.

Foi no clima de exaltação dos descobrimentos marítimos que os elementos psíquicos díspares da população portuguesa se fundiram e alcançaram as suas expressões mais elevadas. O Atlântico atraía sempre com a sua magia um certo fundo sonhador e vago das populações costeiras, enquanto as do interior se agarravam fortemente à solidez do solo conquistado. Nas *cantigas de amigo* perpassava já o perfume dos ventos do mar, enquanto nas pequenas igrejas românicas, fortemente fincadas no chão, se exprimia a solidez rústica de uma crença firmemente enraizada na terra. Mas o Atlântico venceu. Os Portugueses lançam-se na grande aventura e desviam a civilização do Mediterrâneo para o Atlântico, mudando o curso à história universal. O velho do Restelo era o homem da terra em face da loucura marítima. Porém, solidário como nos tempos da reconquista, quando ficava a cultivar as terras recém-conquistadas, o camponês também não falhou a coloniar as terras recém-descobertas. Apesar de a população metropolitana ser insignificante, a Madeira e os Açores começam a ser colonizados em 1425 e 1439, isto é, seis e doze anos logo após o seu descobrimento. Por fim, descobre-se o caminho marítimo para a Índia e toma-se posse oficial do Brasil<sup>11</sup>. O profundo sentimento da Natureza, já patente na *Lírica Medieval* e na *Menina e Moça*, robusteceu-se em contacto com os grandes horizontes abertos, com as tempestades e com os mundos exóticos, povoados de animais e de gentes estranhas<sup>12</sup>. *Os Lusíadas*, que entusiasmaram Humboldt pelo seu enorme encanto ao descrever

<sup>11</sup> Não digo «descobre-se» porque tudo leva a crer que o Brasil já era conhecido dos Portugueses antes de 1500 e que a viagem de Cabral foi uma mera tomada de posse oficial.

<sup>12</sup> Sobre o tipo de sentimento da natureza dos Portugueses, v. Jorge Dias, «Acerca do sentimento da natureza entre os povos latinos», in *Ensayos y Estudios*, n.º 4, pp. 5 e 6, Ferd. Dümmlers Verlag, Bona e Berlim, 1942.

os fenómenos marítimos, são o grande poema do mar. Sente-se nele o deslumbramento do poeta e de toda a geração que o precedeu:

Digam agora os sábios da Escritura  
Que segredos são estes da Natura...

Perante a grandeza e os mistérios da Natureza, que os Portugueses vão a pouco e pouco descobrindo, nasce uma atitude especial, não destituída de um certo fundo místico-naturalista, com tintas de panteísmo. Não panteísmo filosófico, mas sentimental. O Deus que se adorava continuava a ser o mesmo, dentro da ortodoxia católica, mas o mundo por Ele criado era muito mais variado e rico. É então que surgem os Jerónimos, como expressão arquitectónica máxima da religiosidade portuguesa. A grande novidade era a decoração naturalista, inspirada em motivos do mar e na exuberância da vegetação exótica. O antigo sentimento da Natureza, que só encontra até então expressão poética, transporta-se agora para a forma plástica. Os templos enchem-se de elementos da Natureza, impregnados de sentido religioso, de evocações de mundos longínquos e estranhos e dos mistérios do mar. Era natural que esse povo de marinheiros quisesse decorar os seus templos com as belezas do mundo recém-descoberto. Ainda hoje os pescadores rudes do Norte de Portugal costumam levar como ex-votos ao santo da sua devoção miniaturas de navios ou quadros alegóricos de qualquer naufrágio ou perigo de que escaparam. Porém, se na decoração há novidade arquitectónica, a sensibilidade portuguesa manteve-se presa ao atavismo românico, na solidez das proporções e no arco redondo. A sua religiosidade rude e simples sente confiança num templo fortemente apoiado na terra, onde paira uma obscuridade doce que repousa o espírito.

O manuelino é, pela sua decoração, uma espécie de estilo barroco, razão por que Eugénio d'Ors diz que o barroco nasceu em Portugal<sup>13</sup>. Contudo, no manuelino e, mais tarde, no nosso barroco falta por completo o movimento musical que se verifica noutros países, sobretudo na Áustria e nos arredores alpinos. Se o movimento é uma das características mais salientes do barroco, temos de ver que

<sup>13</sup> Eugénio d'Ors, *Lo Barroco*, Madrid, s. d., refere-se com frequência ao manuelino como estilo barroco, mencionando o caso típico da janela do Convento de Tomar, sobretudo na segunda metade do livro, a partir da p. 128.

esse movimento toma entre nós uma feição especial, que o afasta inteiramente do país das valsas. É um movimento parado, uma espécie de imóvel «*perpetuum mobile*», como diz Santiago Kastner, ao referir-se aos *ostinati* dos compositores portugueses<sup>14</sup>. De facto, a actividade portuguesa é de tipo físico, embora seja determinada pela imaginação, mas há qualquer coisa de estático na emoção portuguesa. O fundo contemplativo da alma lusitana compraz-se na repetição ou na imobilidade da imagem.

Uma das características mais importantes da saudade é, precisamente, essa fixidez da imaginação, que, por intensidade, se pode tornar em ideia motora e conduzir à acção. A poesia medieval impressiona tanto pela imobilidade dos pequeninos quadros, que se repetem, que até houve quem lhe procurasse uma origem oriental<sup>15</sup>. Além disso, a literatura portuguesa manteve até hoje o carácter lírico. A vocação para o género épico e dramático foi sempre menor, e até mesmo *Os Lusíadas* valem muito pelo seu fundo lírico. Os romances actuais são, da mesma maneira, falhos de acção, parados. Mas na música repete-se exactamente o mesmo fenómeno. Em quase todos os compositores se verifica a imobilidade, o apego a meia dúzia de desenhos musicais fixos, às sequências obstinadas. Falta-nos a animação própria dos Espanhóis e a predisposição para o encadeamento de movimentos, frequente noutros povos. Diz Santiago Kastner, a propósito de Duarte Lobo, que este «logrou expressividade penetrante, que deriva antes da atitude contemplativa e de ensimesmação do que do afã de dramatização estilizada e porventura excessiva»<sup>16</sup>.

Não será isto, afinal, uma constante da alma portuguesa, que se revela particularmente neste compositor? O «ostinatismo» que se verifica na música erudita portuguesa, e que, parece, veio influenciar a música europeia da época, é um dos aspectos do temperamento português, que se pode notar em outras manifestações artísticas. O manuelino é esse mesmo «ostinatismo» tão português como marítimo, feito de ondas e de espuma e de vago apelo da distância. Onde há movimento mais imóvel que o das ondas a rolar os seixos das praias?

<sup>14</sup> Santiago Kastner, «Crónica sobre obras de Luís Costa», in *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 1946 ou 1947. (Impossível dar referência exacta sem percorrer o arquivo do referido jornal, donde há anos colhi os apontamentos.)

<sup>15</sup> Rodrigues Lapa, *Lições de Literatura Portuguesa — Época Medieval*, Coimbra, 1943, e *Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1929.

<sup>16</sup> Santiago Kastner, artigo sobre Duarte Lobo e a edição do seu *Magnificat* feita por Manuel Joaquim, in *Jornal do Comércio e das Colónias*, Lisboa, 1946 ou 1947 (v. nota 2 da p. 113).

É possível que o fundo histórico da imobilidade e do «ostinatismo» da música erudita portuguesa sejam os intervalos paralelos e isométricos das canções corais alentejanas e minhotas, que, na sua essência, representam também a ideia do *ostinato*, mas a sua verdadeira origem deve estar na alma contemplativa e obstinada dos Portugueses. Foi a própria obstinação que tornou possível a realização de um sonho que parecia superior às forças daqueles que o realizaram. O manuelino, afinal, é a expressão arquitectónica desse sonho materializado; é, como disse Reinaldo dos Santos, a «arte dos Descobrimentos»<sup>17</sup>.

O «ostinatismo» tem, como a saudade, mais que uma face. Se por trás dele existe uma ideia grande, pode ser fértil em resultados, pela sua enorme capacidade de penetração, de movimento em profundidade. Mas sem esse amparo tem o perigo de conduzir à imobilidade mental, ou ao movimento aparente e sem sentido, porque lhe falta a força de coesão social, que leva o Português a ultrapassar o seu individualismo e a colaborar. De facto, o Português tem um forte sentimento de individualismo, que se não deve confundir com o de personalidade. Enquanto a personalidade anglo-saxónica ou germânica não colide geralmente com os interesses sociais e só preza a sua liberdade íntima, o Português, da mesma maneira que o Espanhol, tem uma forte ânsia de liberdade individual, que muitas vezes é anti-social. A tendência a opor-se a tudo que se lhe não apresente com carácter humano obriga-o a lutar contra as leis ou organizações gerais. Detesta o impessoal e o abstracto e põe acima de tudo as relações humanas. O seu fundo humano torna-o extraordinariamente solidário com os vizinhos, e em poucas regiões da Europa existirá ainda vivo como em Portugal o espírito comunitário e de auxílio mútuo<sup>18</sup>. Mas qualquer organização geral que limite as liberdades individuais produz imediatamente um movimento de reacção em que todos são solidários. Um pequeno exemplo anedótico verifica-se no costume de os automobilistas fazerem sinais com os faróis a todos os carros com

<sup>17</sup> Reinaldo dos Santos, «O espírito e a essência da arte em Portugal», in *Conferências de Arte*, Lisboa, 1943.

<sup>18</sup> V. Jorge Dias, *Considerações acerca da Estrutura Social do Povo Português*, comunicação ao II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, São Paulo, 1954, e Ernesto Veiga de Oliveira, *Trabalhos Colectivos Gratuitos e Recíprocos em Portugal e no Brasil*, comunicação ao II Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, São Paulo, 1954. Como exemplo vivo de organizações comunitárias, v. Jorge Dias, *Rio de Onor, Comunitarismo Agro-Pastoril*, Porto, 1953, e *Vilarinho da Furna, Uma Aldeia Comunitária*, Porto, 1948.

que se cruzam sempre que tenham visto a polícia das estradas para os porem de sobreaviso. A polícia, como representante da lei geral, é considerada como inimigo, e logo surge a reacção.

Da mesma maneira, o funcionário, até quando veste uma farda e obriga a cumprir a lei, tem idêntica dificuldade em representar um papel impessoal. Esta típica feição portuguesa dá origem a uma das burocracias mais rígidas que até hoje conheci na Europa. O funcionário menor agarra-se desesperadamente à letra da lei, sem tentar compreender-lhe o espírito. Qualquer caso menos corrente já o não quer resolver e atira-o para o seu superior hierárquico. Sente-se mal e pouco à vontade metido naquela camisa-de-forças, que o impede de ser ele próprio e de se apoiar no seu instinto humano. A própria tristeza e má vontade que, em geral, traz estampadas no rosto devem ser a consequência do violento esforço de adaptação a funções para as quais não sente vocação. Esta tendência a sobrepor a simpatia humana às prescrições gerais da lei fez com que durante muito tempo a vida social e pública girasse à volta do empenho ou do pedido de qualquer amigo. Pedia-se para passar nos exames, para ficar livre do serviço militar, para conseguir um emprego, para ganhar uma questão, enfim, para todas as dificuldades da vida. Hoje em dia tal hábito tradicional tem sido contrariado e já quase não existe. Porém, este fundo de simpatia que regula as relações entre os Portugueses está tão entranhado que até no comércio, onde o interesse se devia sobrepor a tudo, ele se verifica. Disse-me um vendedor alemão, que viveu muitos anos em Portugal, que para fazer negócio no nosso país era indispensável conquistar a simpatia do comprador. Uma vez isto conseguido, tinha-se a certeza de obter a preferência. Pelo contrário, noutros países a única maneira de vender é oferecer maiores vantagens materiais, independentemente de toda a amizade pessoal.

É a sobreposição dos valores humanos ao lucro e ao utilitário que explica muitos capítulos da nossa história e que deixa compreender muitas formas da sociedade actual. Tal mentalidade é a negação do espírito capitalista. No campo, sobretudo, é ainda viva a mentalidade patriarcal, onde a mesa está pronta para quem se quiser sentar e onde se não nega o pão e o caldo ao mendigo que passa. De dinheiro podem ser avaros, mas não fazem as contas ao que é da sua lavoura. Chegam a vender coisas mais baratas do que elas lhes custam. Porém, nas próprias empresas comerciais e industriais existem ainda muitos casos de absoluta falta de racionalização. O Português gosta de fazer projectos vagos, castelos no ar, que não pensa realizar. Mas no seu íntimo alberga uma certa esperança de que as coisas aconteçam mila-

grosamente. Esta forte crença no milagre, cujo aspecto mais grosseiro é a enorme popularidade do jogo da lotaria, chega a tomar aspectos curiosos, dos quais sobressai o *sebastianismo*. Todos esperavam que o rei D. Sebastião, morto em África, surgisse numa manhã de nevoeiro montado no seu cavalo de guerra. A crença viva é decididamente uma força, mas, quando toma aspectos irracionais e supersticiosos, pode ser uma fraqueza. Um dos aspectos maus e muito correntes é a crença na sorte: «fulano tem sorte» e «eu não tenho sorte» servem para diminuir as qualidades dos outros e justificar a própria incapacidade.

A imaginação sonhadora, a antipatia pela limitação que a razão impõe e a crença milagreira levam-no com frequência a situações perigosas, de que se salva pela invulgar capacidade de improvisação de que é dotado. Quando se aproxima a catástrofe, abrem-se-lhe os olhos da razão, e então é capaz de desenvolver tal energia e com tal eficiência que a isso é que se poderia chamar *milagre*. O facto de se repetirem tais situações deve explicar-se pela confiança que o Português tem na facilidade das soluções da última hora. Nesses momentos a sua inteligência viva, a enorme capacidade de adaptação a todas as circunstâncias e o jeito para tudo permitem-lhe dominar as situações com êxito.

É ainda essa enorme capacidade de adaptação uma das constantes da alma portuguesa. O Português adapta-se a climas, a profissões, a culturas, a idiomas e a gentes de maneira verdadeiramente excepcional. O Português foi sempre poliglota. Já os nossos clássicos escreveram quase todos em mais de uma língua, e mesmo as pessoas de pouca ilustração aprendem e sabem com frequência falar um idioma estrangeiro. Mas a capacidade de adaptação é geral; podia ilustrar-se com inúmeros exemplos. É, porém, curioso que o Português se adapta a outro ambiente cultural tão bem que parece ter sido assimilado; mas volta para Portugal e em pouco tempo já não se distingue dos outros. Enquanto o Inglês fica sempre inglês em toda a parte e o Alemão, quando deixa de o ser, dificilmente volta a tornar-se alemão, o Português assimilou completamente o provérbio que diz: «Em Roma sê romano.» Mas só enquanto está em Roma.

A capacidade de adaptação, a simpatia humana e o temperamento amoroso são a chave da colonização portuguesa. O Português assimilou adaptando-se. Nunca sentiu repugnância por outras raças e foi sempre relativamente tolerante com as culturas e religiões alheias. A miscigenação portuguesa não tem só uma explicação sensual, embora a caracterize uma forte sexualidade. Ainda hoje o Português tem decidida inclinação por mulheres de outras raças e é capaz de mostrar

grande afeição ou profundo amor. É célebre o amor de Camões por uma escrava, cantado em versos sentidos. Mas o Português não gosta só de certas raças, gosta de quase todas. Um dia, ao folhear um livro de registo de portugueses no Consulado de Berlim, fiquei espantado com o elevado número de casamentos de portugueses com alemãs, e já tenho encontrado, mesmo em aldeias primitivas, mulheres francesas, espanholas e italianas (estas residentes no Brasil) casadas com antigos emigrantes.

O Português é menos exuberante, ruidoso e expansivo que os outros meridionais. Um só espanhol, numa carruagem de comboio, abafa com a sua voz a de todos os portugueses. Além disso, o Português é inibido por um forte sentimento do ridículo. Como é muito sensível e dotado da faculdade de se aperceber do que vai nos outros, receia ser vítima da ironia e da crítica trocista, tão comum em Portugal. De facto, a ironia, muito mais do que o humor, tem fundas raízes na cultura portuguesa; desde as cantigas de escárnio e maldizer da Idade Média até à ironia de Eça de Queirós há toda uma gama de coloridos. Temos a ironia benévola de Gil Vicente, a mordente de Nicolau Tolentino e de Bocage e a ironia pungente ou sarcástica de Fialho e de Camilo. Mas o próprio povo, com as suas certeiras alcunhas e apelidos, ou com os apodos tópicos, ou com os cantares ao desafio, etc., mostra a terrível arma de que é dotado. Por isso, a sensibilidade, que é um dos grandes elementos positivos da mentalidade portuguesa, é também um dos grandes elementos da sua fraqueza. O sentimento do ridículo e o medo da opinião alheia abafam nele muitos impulsos generosos, deformam a sua naturalidade e impedem-no de se entregar livremente aos prazeres simples e à alegria espontânea. Nas classes populares tal sentimento é moderado, mas nas outras classes é tão saliente que se tornam com frequência ridículas pelo medo de o parecer. Tal sentimento complica-se pela consciência das glórias passadas, pelo desprezo paradoxal pelos valores burgueses e pela admiração pelas realizações alheias. O Português, muito intimamente, é incapaz de ambicionar para a sua pátria o bem-estar e a prosperidade que, por exemplo, o Suíço conseguiu pelo esforço pertinaz e constante. É certo que o Português se envergonha perante um suíço, pelo elevado nível de vida que aquele soube conquistar, mas, se fosse ele o suíço, envergonhar-se-ia, da mesma maneira, por ter conseguido um bem-estar sem glória.

É um povo paradoxal e difícil de governar. Os seus defeitos podem ser as suas virtudes e as suas virtudes os seus defeitos, conforme a égide do momento.